



A REPRESENTAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DA CANA DE AÇÚCAR PARA A REGIÃO DA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO ¹

Girlan Cândido da Silva²

(2 - Mestrando em Geografia pelo programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPE – Email:
gcspernambucano@gmail.com)

Resumo:

O artigo propõe-se a mostrar como a monocultura da cana influenciou tanto culturalmente como física e estruturalmente a região da Zona da Mata Pernambucana. A cana-de-açúcar sempre foi um destaque econômico para o Brasil, principalmente nas épocas “gloriosas” do açúcar no tocante a sua importância econômica para o mundo e principalmente para os produtores desta especiaria, encontrando na região da Zona da Mata Nordestina e especialmente na Zona da Mata Pernambucana, área mais indicada devido as condições de solo e clima propiciando, com isso, a melhor variedade de cana do país. A metodologia aplicada consiste na revisão bibliográfica de autores que estudaram a região bem como a construção de mapas temáticos que demonstram a atual situação das usinas de cana-de-açúcar na Zona da Mata Pernambucana. Os resultados nos mostram que, por causa das condições favoráveis ao seu plantio, a cana foi uma verdadeira devastadora das demais culturas que eram cultivadas na época, provocando também uma verdadeira devastação ambiental. Entretanto, a partir da Segunda Guerra Mundial, houve uma maior abertura por parte do Governo que propiciou um maior crescimento de sua produção na região Centro-Sul, principalmente no estado de São Paulo, além da descoberta dos Tabuleiros Alagoanos como área produtora, o que proporcionou o declínio da produção no estado de Pernambuco e reduziu de forma considerável a quantidade de usinas e a queda desta cultura na região.

Palavras-chave: cana-de-açúcar, Zona da Mata Pernambucana, usina

Artigo recebido para publicação em 14 de Janeiro de 2010;

Artigo aprovado para publicação em 26 de junho de 2010

¹Este artigo, com algumas modificações, faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso do autor intitulada “A Agroindústria Canavieira na Zona da Mata Sul de Pernambuco: O Caso de Catende”, defendida em 2008 no Departamento de Ciências Geográficas da UFPE.



Resumen

REPRESENTACIÓN SOCIOECONÓMICO DE CAÑA DE AZÚCAR EN LA REGIÓN DE LA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO - BRAZIL

El artículo pretende mostrar cómo los cañaverales influido tanto física como culturalmente como estructuralmente la región de la Zona da Mata. El azúcar de caña ha sido siempre una importancia económica de Brasil, especialmente en tiempos "aureos" de azúcar en términos de su importancia económica para el mundo y especialmente a los productores de esta especie, que se encuentra en la región de Zona da Mata Nordeste y, especialmente, Zona da Mata de Pernambuco, la zona más apropiada, dado que las condiciones del suelo y el clima, proporcionando así la mejor variedad de caña de azúcar en el país. La metodología consiste en la revisión de los autores que han estudiado la región y la construcción de mapas temáticos que muestran el estado actual de las plantas de caña de azúcar en la Zona da Mata. Los resultados muestran que, debido a sus condiciones favorables para la siembra, la caña era una realmente devastadora a las otras culturas que se habían criado en ese momento, tanto en el Sur y en el Norte en el estado de Pernambuco, causando también una devastación del ambiente real. Sin embargo, desde la Segunda Guerra Mundial, hubo una mayor apertura por parte del gobierno que permitió un mayor crecimiento en la región Sur-Central del país, principalmente en São Paulo, además del descubrimiento de la Alagoanos Mesetas como el área de caña de azúcar que producen, la siempre que la disminución de la producción en el estado de Pernambuco y redujo considerablemente la cantidad de plantas y la caída de la cultura en la región.

Palabras claves: caña de azúcar, Zona da Mata, planta

Résumé

UNE REPRÉSENTATION SOCIO-ECONOMIQUE DE CANNE À SUCRE DANS LA REGION DE LA ZONA DA MATA DU PERNAMBUCO - BRAZIL

L'article vise à montrer comment les plantations de canne à sucre influencé à la fois physiquement et culturellement comme structurellement la région de la Zona da Mata. La canne à sucre a toujours été une importance économique pour le Brésil, surtout en période «glorieuse» du sucre en fonction de son importance économique pour le monde et surtout aux producteurs de cette épice, dans la région de la Zona da Mata du Nord et en particulier Zona da Mata du



Pernambouc, la zone la plus appropriée en raison des conditions du sol et du climat, fournissant ainsi la meilleure variété de canne à sucre dans le pays. La méthodologie consiste en l'examen des auteurs qui ont étudié la région et la construction de cartes thématiques illustrant la situation actuelle des usines de sucre de canne dans la Zona da Mata. Les résultats montrent que, en raison de ses conditions favorables à la plantation, la canne a été un véritable effet dévastateur sur les autres cultures qui ont été cultivées à l'époque, elle a aussi conduit à une dévastation environnementale réelle. Toutefois, depuis la Seconde Guerre mondiale, il y avait une plus grande ouverture par le gouvernement qui a donné une plus grande croissance de la production dans la région du Centre-Sud, surtout à São Paulo, en plus de la découverte de la Alagoanos Tablelands comme zone de production, qui à condition que la baisse de la production dans l'État du Pernambouc et de réduire considérablement la quantité de plantes et de la chute de cette culture dans la région.

Mots-clés: sucre de canne, Zona da Mata, plant

1 - Introdução

A cana-de-açúcar sempre foi o principal carro-chefe no tocante a questão econômica e que fez regular a vida social dos municípios canavieiros da região Nordeste, particularmente falando na região da Zona da Mata Pernambucana. Como cultura “individualista”, egoísta, dominante e que não permitia a introdução de qualquer outro tipo de cultivo em seus territórios, a cana-de-açúcar modificou como pôde a paisagem natural da região, tendo a mesma que se adequar as suas necessidades, esgotando todo o nutriente dos solos, propiciando a poluição das águas dos rios que cortam seus domínios, bem como devastando praticamente toda a mata nativa existente na região e, ainda não satisfeita, sujeitou uma enorme gama de trabalhadores rurais a sua vontade, escravizando, humilhando, esfomeando e matando-os em contrapartida do enriquecimento, ganância e poder de alguns senhores ávidos por riqueza, em nome de um desenvolvimento econômico altamente injusto e desproporcional, que perdura ainda nesta região e em várias outras regiões do país, que visa sempre o acúmulo de capitais.

Entretanto, devido a decadência das usinas de cana-de-açúcar no nordeste, seu território tem passado por uma série de transformações e em alguns casos dando um novo significado ao território antes de domínio exclusivo da cana a partir da introdução de novas realidades e teorias



neste contexto, tais como a formação de assentamentos, territórios rurais e agroindustriais não voltados exclusivamente para a monocultura, bem como a introdução de outras culturas que propõem um novo modelo de desenvolvimento mais equitativo para a região, embora a cultura da cana ainda seja bem representativo no tocante a economia local, situação esta que também se torna objeto de estudo do artigo em questão.

No entanto, para que possamos compreender a dinâmica da cana no Nordeste, metodologicamente falando, faz-se necessário resgatar um pouco a sua história a partir do aporte de um vasto referencial bibliográfico bem como sua ilustração a partir da elaboração de gráficos e mapas para que se possa visualizar e compreender a representatividade da cana para a região.

2 - Discussão dos dados

2.1- A Cana de açúcar no mundo e sua ocupação no Brasil

O cultivo da cana de açúcar vem dos tempos da antiguidade quando os persas desenvolveram, já neste período, técnicas produtivas que transformavam os cristais grandes de sacarose, através da drenagem do mel em uma forma já cristalizada, parecida com a forma vista hoje do açúcar. Essa forma de produção espalhou-se pelo Oriente Médio, sendo aprendido por outras nações como no caso dos árabes. Estes, por sua vez, estabeleceram no século X e XI as “rotas do açúcar”, com caravanas a fazer o transporte para outras regiões do Oriente, como no caso da Pérsia e Síria, e também para o Egito. Já no século XII e XIII, os chineses e os árabes foram responsáveis pela expansão açucareira pelo mar Mediterrâneo, atingindo os povos que estavam ao longo do mar.

Considerado como “presente régio” antes mesmo dos portugueses iniciarem a sua comercialização, o açúcar era antes tido como uma preciosidade, um digno presente de nobres, como no caso, vários testamentos afirmam que Carlos VI ofereceu para Leão VI, da Armênia, treze arráteis (por volta de 5,6 quilos) de açúcar. Naquela ocasião, somente a camada mais nobre tinha condições de adquirir, pois o mesmo apresentava um elevadíssimo preço, por poucos quilos da especiaria que, acreditavam na época, ter inúmeras virtudes terapêuticas (CONDE, 1972).

Tendo em vista a sua importância econômica, Trindade descreve que o negócio açucareiro, a partir disso, passou a fazer parte de muitas expedições nas várias viagens feitas pelos mercadores. Em uma das rotas, estava Lisboa que, ao observarem os navios principalmente



italianos carregados da especiaria, perceberam o seu alto valor. Sendo assim, os portugueses, principalmente sob a figura do Infante D. Henrique, filho do rei de Portugal, resolveu introduzir a cultura canavieira na Ilha da Madeira, mandando buscar da Itália tanto as mudas como a mão de obra especializada na sua produção e no seu cultivo e da África, os escravos para trabalharem no trabalho braçal (TRINDADE, 1996).

Assim sendo, partindo do sucesso que foi o projeto de instalação da cana na Ilha da Madeira, Portugal também introduziu a cultura nas suas ilhas do Atlântico, como Cabo Verde e São Tomé. Em pouco tempo, vendia sua produção para a Inglaterra, Alemanha e a região de Flandres, transformando o Estado Português no principal produtor e exportador de açúcar para a Europa, sendo sua importância acentuada e sua economia mais fortalecida a partir da instalação da cultura canavieira nas recentes terras descobertas por Portugal: o Brasil.

De acordo com Dantas (1971) depois da descoberta e conquista do território brasileiro em 1500, os portugueses só começaram a explorar a nova terra, com a exportação inicial de pau-brasil. Neste momento, a produção do açúcar nas ilhas africanas estava passando por um processo de declínio devido à incidência de uma praga que estava dizimando os canaviais. Também por causa do declínio da produção da Madeira que alcançara apenas 120.000 arrobas e devido a conseqüente elevação do preço do açúcar no mercado consumidor europeu, fez-se, sentir por parte da coroa, a necessidade de incrementar a produção. A partir desse fato, em 1516, o rei de Portugal, D João III resolveu colonizar os novos domínios com o chamado Alvará de 1516, onde determinou que fossem distribuídos equipamentos à população que fosse povoar o Brasil, além da contratação de um organizador de engenho de açúcar, tendo, por parte da coroa, ajudas de custo necessárias à construção do mesmo (DANTAS,1971).

Os primeiros materiais industriais só foram implementados entre 1532 a 1534, nos engenhos do Góis, dos Adornos e no de Martim Afonso, todos localizados na capitania de São Vicente, e no ano de 1535 no engenho N. Sra da Ajuda, pertencente à capitania de Pernambuco, fundado por Jerônimo de Albuquerque, cunhado do Duarte Coelho, sendo, portanto, considerado o primeiro engenho desta capitania. Já as primeiras mudas de cana introduzidas no território vieram provavelmente das ilhas da Madeira ou de São Tomé. Depois do período de sua adaptação às condições da nova terra descoberta, coube a Portugal a missão de criar estímulos a expansão dessa cultura e a industrialização.



Foi graças às dimensões territoriais do Brasil e a sua baixa densidade demográfica no período do Brasil Colonial e, diante da ameaça de perda do território para outras nações, a coroa portuguesa, apoiando-se na iniciativa privada, decide dividir a terra em capitânicas hereditárias cedidas a donatários da corte portuguesa, entretanto estes donatários eram, quase que em sua totalidade, recém saídos da baixa nobreza ou eram ex-militares. O donatário recebia a sesmaria do governo português através de cartas de doação, e entre os inúmeros privilégios a ele concedido estava o de apenas ele possuir engenhos d'água e de fabricar as suas próprias moedas.

A instalação dessas capitânicas deu suporte à formação das primeiras povoações na costa litorânea brasileira, com o aparecimento de vilas e povoados, formando pequenos núcleos que foram se fixando embora com muitas dificuldades, graças às invasões de índios. Andrade (1985) afirma que nesta ocasião, foram fundadas as vilas de Igarassu e de Olinda e posteriormente, ao sul, formou-se a vila de Recife, na Capitania de Pernambuco onde os senhores de engenho possuíam suas casas nessas cidades, embora não as ocupassem durante o período da safra, além das vilas Conceição em Itamaracá, Pereira na Bahia de Todos os Santos, a de São Jorge em Ilhéus, a de Porto Seguro e Santa Cruz em Porto Seguro, a de Vitória no Espírito Santo, a de Santo Amaro em Santo Amaro e a de São Vicente e São Paulo de Piratininga em São Vicente.

O intenso processo de trabalho tanto agrícola quanto industrial desenvolvido pelos engenhos durante o ano, fez com que houvesse uma direção no sentido da atividade açucareira e uma eliminação de qualquer outra cultura, inclusive das lavouras de subsistência que passaram a ser importadas pelo reino de Portugal, persistindo apenas as culturas de mandioca que se destinavam à alimentação dos escravos, porém em alguns casos, essa cultura também era abandonada sob alegação de que ocupavam espaços desnecessários e que seriam substituídas pela monocultura canavieira. A partir deste período, estava consolidada a monocultura da cana-de-açúcar, principalmente na região da atual Zona da Mata Nordestina.

2.2 - O processo de ocupação da cana-de-açúcar na zona da Mata Nordestina

Como já visto, o processo de ocupação do território brasileiro pela cultura canavieira vem desde o início do século XVI, com o domínio dos portugueses que, neste período introduziu a cana de açúcar na costa brasileira tendo a produção açucareira como sendo a mais importante atividade econômica. No Nordeste, a cana foi inicialmente implementada nos espaços hoje



correspondentes ao estado da Bahia (Recôncavo Baiano) e no estado de Pernambuco (a Zona da Mata Pernambucana) que por sua vez era o local onde estavam concentradas as melhores áreas de plantio de cana por apresentar solos do tipo massapê ou seja, solos de melhor qualidade, oferecendo nutrientes necessários ao plantio e desenvolvimento e condições climáticas favoráveis, isto é, precipitações acima de 2.000mm anual.

De acordo com Andrade (1982), a área recebeu esta denominação no período do Brasil-Colônia, pois os portugueses encontraram aqui uma mata exuberante e botanicamente diversificada, que foi sendo paulatinamente destruída por causa da exploração, por parte da coroa portuguesa, do pau-brasil e posteriormente para dar lugar ao povoamento e colonização, com o objetivo de desenvolver a cultura da cana-de-açúcar, as lavouras de subsistência e a principio a criação de gado que posteriormente se deslocou para a mesorregião do Agreste.

Com a implementação da cana nesta região, Portugal que antes era apenas um país comercial passava a se tornar um país produtor da especiaria mais valiosa principalmente para o mercado europeu, o açúcar.

A divisão territorial brasileira em capitanias e a posterior criação do Governo Geral no Estado da Bahia permitiu que houvesse um significativo avanço nas duas áreas produtoras de cana-de-açúcar que foram povoadas de forma rápida. Os colonizadores, por sua vez, buscaram ajuda, ou melhor, financiamentos para os judeus portugueses que teriam migrado para a Holanda. Andrade (1994) afirma que foi a partir desta ajuda que os donatários portugueses se apropriaram das terras indígenas, destruíram as matas nativas existentes ao longo da faixa litorânea e a correspondente hoje a zona da Mata nordestina, construíram engenhos açucareiros, escravizaram os índios existentes naquelas áreas, além de importar mão-de-obra africana e montar uma estrutura para a exportação do açúcar com a construção de cidades portuárias como no caso do Recife, visto a sua localização estratégica, próxima da Metrópole, facilitando o escoamento da mercadoria e distribuição para toda a Europa.

Assim, a porção do Nordeste onde está localizada a Zona da Mata apresenta certa personalidade que se acentuou no processo de ocupação territorial, chefiada pela cultura da cana-de-açúcar em atender ao mercado externo. A partir do desenvolvimento tecnológico, a conseqüente expansão da cultura canavieira em outros espaços da Zona da Mata e a colocação maciça de capitais principalmente na segunda metade do século XX, ocorreu um processo de



Esta mesorregião apresenta uma área, em 2000, de 8.432,40km², ou seja, 8,6% do território pernambucano e uma população de 1.207.274 habitantes (15,25% da população pernambucana), com densidade demográfica de 143,1hab./km², sendo inferior apenas à da Mesorregião Metropolitana de Recife (ANDRADE et al, 2003). Convém ressaltar que esta região tem cerca de 50% de suas terras em clima úmido e semi-úmido.

Por se tratar de uma área em que a cana de açúcar melhor se desenvolveu no Nordeste, especialmente a Zona da Mata Meridional, apresentou (e ainda apresenta) grande autoridade para o Estado, pois sempre teve uma grande importância em se tratando das questões que envolvem a economia e das questões sociais no Estado de Pernambuco (embora atualmente de forma mais reduzida). Entretanto, a cana de açúcar, a partir do momento de sua chegada, ocupou inicialmente a porção litorânea do estado antes de chegar a Zona da Mata.

De acordo com Andrade (1988) e Andrade Neto (1990), os primeiros engenhos açucareiros no estado, foram construídos ao longo da área situada entre as vilas de Duarte Coelho, Olinda e Igarassu. Na metade do século XVI, os engenhos se expandiram pela várzea do rio Capibaribe e em margens de rios navegáveis como o Beberibe, avançando para o norte, no vale do rio Goiana, do Paraíba no Norte, do Mamanguape, do Cunhaú e do Potengi, porém devido às condições climáticas desfavoráveis, isto é, menor umidade, contribuiu para que houvesse o impedimento do crescimento da lavoura canavieira nessa direção. Houve então a expansão da cana para o lado sul de Recife, ou seja, a hoje chamada Mata Meridional de Pernambuco onde os rios eram mais caudalosos e o clima era mais propício por ser mais úmido. Tratava-se de áreas mais adequadas para o desenvolvimento da cultura de cana de acordo com os moldes técnicos da época.

Entretanto, como uma “doença epidêmica”, a cultura da cana não se restringiu apenas em ocupar os vales dos rios, pois quando esses já estavam completamente ocupados, aconteceu o processo de interiorização, motivo pelo qual o estado apresentou todos os tipos de engenho, indo desde os engenhos movidos a tração animal aos engenhos d’água ou também chamados de engenhos reais.

De acordo com o professor Manuel Correia de Andrade, os engenhos são “[...] um tipo de empreendimento agroindustrial considerado por alguns historiadores como uma empresa manufatureira, com atividades, ao mesmo tempo, agrícola e industrial” (ANDRADE, 1988 p. 63).



Estruturalmente falando, os engenhos eram basicamente organizados a partir de quatro construções assim distribuídas: casa grande, capela, fabrica e a senzala, sendo considerada por Gilberto Freyre a casa grande e a senzala como os locais mais importantes do engenho pois neles haviam as relações mais diversas entre o senhor de engenho e os seus escravos.

Já neste período o engenho tinha grande importância, movendo um elevado contingente de pessoas para que fosse possível o seu funcionamento, conforme observa Dantas (1971, p.11):

o engenho representava uma verdadeira povoação, utilizando um sem número de braços, terras necessárias aos canaviais, aos pastos, as lavouras de subsistência e as matas para abastecimento de lenha para a fornalha e para a construção; muitas benfeitorias, inclusive a casa grande, a senzala, moradias diversas, enfermarias, estábulos, depósitos, armazéns de açúcar, além da fabricação; um variado acervo de materiais diversos (vasilhame, ferro, cobre, etc.); carros de boi, animais de trabalho e de criação, etc.

Nesta época dos engenhos, o senhor de engenho tinha papel de grande importância, pois era tido como um verdadeiro patriarca, combinando um autoritarismo autocrático com um assistencialismo paternalista. Descreve Mário Lacerda de Melo (1975), sobre a importância dos senhores de engenho para com os engenhos:

[...] percebemos ali como se explica, como se retrata e como se caracteriza a sociedade patriarcal do açúcar, com a figura do Sr. de engenho a frente dos seus domínios territoriais desempenhando cumulativamente as funções de empresário e de detentor ou dono dos fatores de produção (inclusive mão de obra que, no regime da escravatura, representava, ao mesmo tempo força de trabalho e capital investido) bem como funções de poder público expressas no amplo exercício de sua autoridade e na prestação de serviços as comunidades sob seu domínio.

As relações de trabalho no sistema engenho, ou seja, entre os senhores de engenho e os trabalhadores eram bastante complexas pois os trabalhadores estavam sempre a mercê das vontades do senhor. Uma sociedade essencialmente patriarcal com uma relação que geralmente se dava de maneira violenta, tanto no que diz respeito a violência praticada pelos senhores a partir



da falta de direitos dos quais mereceria a classe trabalhadora, como também a violência física e moral.

Gilberto Freyre (apud Andrade,1988) nos mostra, de maneira geral, estruturalmente falando, a sociedade formada pelos engenhos de açúcar era composta, em uma sociedade patriarcal, por senhores de engenho. Hierarquicamente, logo abaixo, viriam os lavradores que eram os que cultivavam a cana que moíam no engenho do Senhor, os homens livres que não eram plantadores de cana mas conseguiam às vezes o direito, com o proprietário da terra, de cultivar porções mais distantes do engenho, plantando culturas de subsistência e criando animais, e os foreiros que eram as pessoas que o senhor de engenho contava nas ocasiões de necessidade de mão-de-obra ou em questões políticas ou de terra com vizinhos. Já as atividades agrícolas eram feitas por escravos com supervisão dos feitores em áreas próximas do engenho e lavradores nos sítios concedidos pelo proprietário.

O período de prosperidade econômica propiciada pela cana de açúcar no Brasil foi longo devido ao fato desta ter sido por um considerável tempo a única região detentora do monopólio açucareiro no mundo, entretanto, essa hegemonia de principal produtor ficou altamente comprometida quando houve a concorrência imposta pelos holandeses nas Antilhas, estabelecendo uma grave crise no setor no país.

Para tentar contornar esta crise que se abatera no domínio da cana de açúcar, o governo da época resolve dar subsídios aos produtores, fazendo, com isso, uma verdadeira revolução na agroindústria açucareira a partir do financiamento de modernas fabricas em detrimento aos engenhos, surgindo assim os chamados engenhos centrais. Entretanto, a partir do Brasil República, os engenhos centrais passaram por dificuldades, fazendo com que os senhores de engenho que possuam grandes propriedades a se associar com outros e, a partir desta fusão, passaram a implantar modernas fabricas que primeiramente tinha como principal finalidade progressos referentes a qualidade do açúcar que era produzido, com o surgimento de tipos de açúcar centrifugados, e conseqüentemente, apresentar um maior percentual de extração de açúcar e em relação ao tamanho das unidades industriais com instalações cuja capacidade era de dezenas de vezes maior do que os antigos engenhos bangüês (MELO, 1975).

Com esse novo modelo industrial de produção de açúcar, surge as primeiras usinas, com o chamado Ciclo das Usinas. Tal ciclo trouxe modificações no tocante as relações entre senhor de



engenho (que agora são chamados de industriais usineiros) e trabalhadores, pois se antigamente havia uma relação de compadrio paternalista, embora nem sempre fosse uma relação saudável, com o advento dos industriais usineiros estas relações sofreram modificações.

Sobre essas relações entre os antigos senhores de engenho e os atuais industriais usineiros sobre os trabalhadores, cita Melo:

O desaparecimento das áreas de aproximação marca o fim da sociedade patriarcal, dona de muitos defeitos e também de muitos valores. Entre estes, o da proteção senhorial e do assistencialismo exercido pelo senhor de engenho sobre a comunidade a ele subordinada. Não mais existindo os contatos e as relações entre classes propiciados pelo compadrio, pela confraternização entre meninos de raças e origens diferentes e pelo catolicismo patriarcal, cresceram as distancias e a estratificação social tornou-se mais rígida e opressiva. Hoje, as relações entre produtores e seus subordinados são apenas entre capital e trabalho. Desumanizaram-se (MELO, 1973. p.50)

Os industriais usineiros detinham um modo de vida completamente diferente dos senhores de engenho. Geralmente viviam nos centros urbanos das grandes metrópoles, comparecendo de maneira esporádica ao local de sua produção e tendo a casa grande apenas como local de veraneio, contando assim com os administradores e capatazes que por sua vez ficavam responsáveis pelas leis e pela ordem dos engenhos pertencentes à usina, ou seja, as relações de compadrio existentes anteriormente, agora são bastante relativas, onde qualquer tipo de situação deve ser resolvido pelos “olhos auxiliares” do dono e que às vezes era exercida de forma bem mais violenta que no tempo dos senhores.

Associado a isto existem as questões voltadas para a área profissional dos trabalhadores que no sistema de usina eram bem mais complexas como cita Dabat (2007). Questões como a questão da mão de obra, do pagamento de salários, do acesso ao plantio da terra para cultura de subsistência dentre outros assuntos eram (e ainda são em várias usinas) questões que podiam gerar descontentamento por parte do dono e criar um clima geral de violência patronal e tensão social que reinava naquela região, afirmando a ilusão patriarcal e fraternal entre as classes e estando a violência patronal sempre presente nestas relações.



As condições de trabalho sempre foram um dos principais problemas entre as relações dos trabalhadores com os usineiros. Os trabalhadores exercendo suas funções a duras condições, tendo que se sujeitar as imposições feitas pelo “cabo” (ou capataz), trabalhando em extensões de terra quase sempre além do que era imposto por lei (embora houvesse a conivência do próprio estado, que promovia a proteção aos plantadores e utilizava a força policial como uma espécie de milícia que atuava a serviço dos proprietários e permitindo com isso que os usineiros criassem suas próprias leis); em jornadas extremamente longas e com poucas horas de descanso ao qual eram acometidos onde as vezes se chegava a 12, 15 horas de trabalho e em algumas ocasiões tendo que trabalhar em períodos noite-madrugada, sem que houvesse uma remuneração justa e também ficando a mercê do que o empregador quisesse ofertar como ordenado declarando como sendo uma remuneração “justa” (DABAT, 2007).

Além dos baixos salários ofertados, existe também a questão da compra de materiais para uso pessoal e alimentação. Em alguns casos, o recebimento do ordenado era feito diretamente no barracão. De acordo com Heredia, o barracão:

Era um mecanismo fundamental através do qual se garantia a imobilização da massa de moradores dentro das propriedades. Ao mesmo tempo, ele era um elemento central na socialização dos moradores, num esquema de dominação que era específico desse sistema (HEREDIA, 1989. p. 200)

Como se não fossem suficientes os baixos salários, os trabalhadores nem sempre eram pagos em dinheiro e sim em vales para ser trocados por alimentos no barracão do engenho, ainda sendo limitados os produtos que o barraqueiro oferecera e estipulados preços exorbitantes aos produtos por ele ofertados, o que nunca acarretava a liquidação da conta final do trabalhador no “estabelecimento”, mantendo sempre um laço devedor com o mesmo e sem que houvesse uma fiscalização por parte da justiça ou órgãos competentes a este tipo de comercialização (DABAT, 2007).

A usina foi a principal responsável pelas profundas mudanças na paisagem econômico-social e até mesmo físicas da área do açúcar de Pernambuco. Só a título ilustrativo, em um intervalo de 23 anos (de 1910 a 1933) houve no estado um significativo crescimento no número

de usinas produtoras de cana em 16 novas usinas, ou seja, das 46 usinas já existentes no estado, houve um acréscimo em 16 novas usinas, o que correspondeu a 62 (Figura 02) e praticamente toda a região da Zona da Mata do estado era dominada pelo cultivo da cana-de-açúcar (Figura 03). Mesmo assim, este sistema não conseguiu contornar a crise existente no setor apesar de produzir um açúcar de excelente qualidade para a época, tendo qualificação para competir com qualquer outro tipo de açúcar no mercado internacional a custos bem mais reduzidos do que aqueles produzidos pelo engenho bangüê, porque continuou a depender dos fatores externos que influenciaram a demanda fora da área produtora.

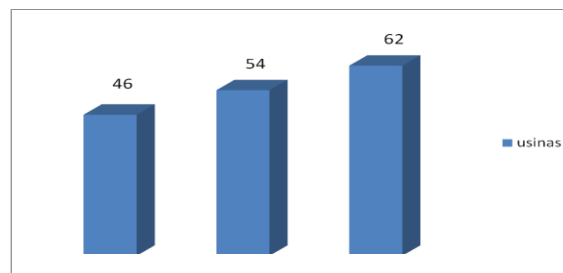


Figura 02: Número de Usinas na Área Canavieira de Pernambuco – 1910 a 1933, adaptado por Girlan Cândido, 2009, Fonte: CARLI,1937.

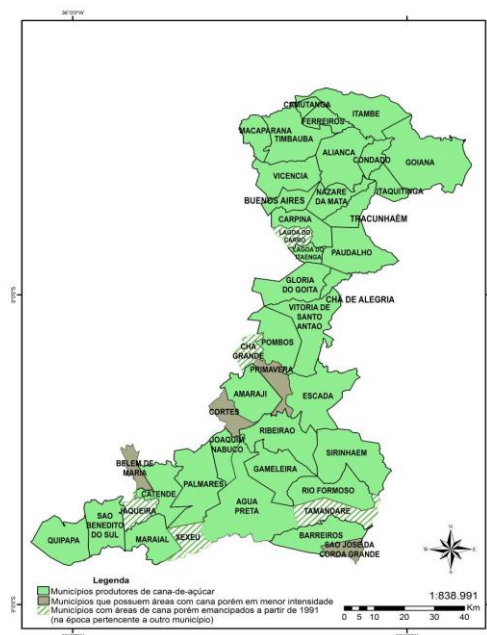


Figura 03: Área de domínio da cana-de-açúcar na região correspondente a Zona da Mata do Estado de Pernambuco – 1981. Fonte: ANDRADE, 1988 p.313-316 com adaptações feitas por Girlan Cândido, 2009



A expansão das usinas no Pernambuco Açucareiro resultou na redução quantitativa dos engenhos que foram sendo destruídos graças ao seu avanço. Muitos dos senhores de engenho transformaram-se em fornecedores de cana (já que eles não tinham mais condições de competir no setor industrial com a usina, consagrando-se como plantadores), mas a sua sobrevivência baseou-se numa forte resistência, resultado de intensas lutas entre eles e os usineiros na década de 30, e a partir da intervenção federal, através da criação do IAA, Instituto do Açúcar e do Alcool, sem o qual os fornecedores não teriam sobrevivido. Mesmo assim, a classe mais prejudicada foi a dos trabalhadores agrícolas assalariados, que detinham um baixíssimo padrão de vida e apresentavam precaríssimas condições sanitárias e um baixíssimo nível de escolaridade, além de enfrentar problemas de subnutrição.

2.4 - O Crescimento das usinas no Brasil e sua decadência em Pernambuco

No Brasil, o crescimento das usinas foi restrito no período da Segunda Guerra Mundial. Para contornar a situação, o governo decidiu deixar de ser mais rígido e liberar a instalação de usinas e destilarias, favorecendo a região Centro-Sul do Brasil por apresentar os maiores índices populacionais e os melhores índices de renda do país, passando a região Nordeste a ser a região menos favorecida e ser a mais esquecida. Conseqüentemente, graças as usinas estarem concentradas na região Sul-Sudeste e deter os maiores investimentos na economia açucareira, acabou, por sua vez, no desequilíbrio produtivo e tornando já na década de 50 do século passado, São Paulo como sendo o maior produtor de açúcar do Brasil, ao lado da cultura cafeeira, desbancando de vez as antigas e tradicionais áreas produtoras que antes eram as maiores: a Mata Pernambucana, os Tabuleiros Alagoanos e o Recôncavo Baiano (ANDRADE,1988).

Só para se ter uma idéia do real processo de decadência da região Nordeste, em dez anos, já na década de 60, segundo dados do IBGE, existiam no Brasil algo em torno de 548 usinas açucareiras. Deste total, apenas 188 estavam localizadas no Nordeste enquanto que 302 estavam instaladas na região Sudeste. Já nos anos de 1970 e 1980, embora houvesse uma redução da quantidade de usinas em todo o país, São Paulo ainda continuava a dominar no cenário canavieiro com 74 usinas, seguido do estado de Pernambuco com apenas 35 usinas (ver Figura 04). Alagoas viria em 3º lugar com 27.

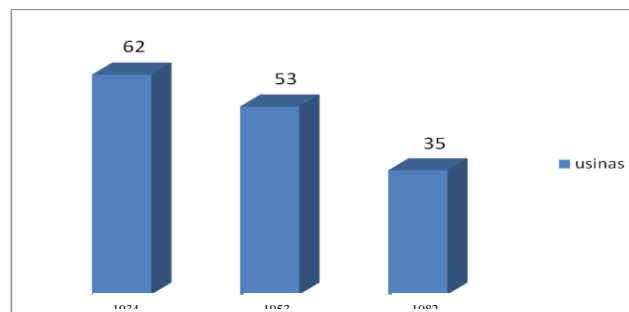


Figura 04: Número de Usinas na Área Canavieira de Pernambuco – 1934 a 1982, Fonte: IBGE e IAA

Várias foram as tentativas de contornar as disparidades, tanto que no período do regime militar foram criados programas como o Programa Nacional de Melhoramento Genético da Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR) e do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) na década de 80 do século XX. Com isso houve o estímulo a expansão dos canaviais, tomando áreas de outras culturas tais como a pecuária extensiva e a agricultura. Estados que não tinham culturalmente produção de cana, tornaram-se grandes plantadores como o Paraná, Goiás, Mato Grosso e outros uma produção mais significativa, e reduzindo o espaço dos tradicionais produtores de cana como Sergipe e Pernambuco.

Mesmo este programa influenciando todos os estados de plantarem a cana-de-açúcar, ainda cabia a São Paulo a maior produtividade de cana do país. Vale salientar que, apesar da produção de açúcar continuar em ascensão nesta época, este crescimento de áreas novas de produção de cana se deu em função da produção de álcool, sendo a cana considerada por autores como o professor Manuel Correia de Andrade como sendo “o agente motor tanto da produção como da reprodução dos espaços ocupados”, fazendo com que este processo tivesse “uma forte repercussão sobre a concentração de renda, sobre a concentração fundiária e sobre as relações de trabalho” (ANDRADE, 1988. p.31).

Uma das formas de se avaliar o crescimento da agroindústria açucareira de uma determinada região é a quantidade de cana produzida por aquela região. Sendo assim, tomando como base o ano de 2008-9, verificamos que São Paulo detém a maior produção de cana-de-açúcar do país com 386.061.274 toneladas. Pernambuco hoje se encontra como 7º maior produtor

de cana, totalizando neste mesmo período uma produção de 20.359.720 toneladas. Alagoas se destaca no cenário da agroindústria canieira nordestina com uma produção de 29.220.000 toneladas, ocupando o 5º lugar na produção de cana-de-açúcar (Figura 05).

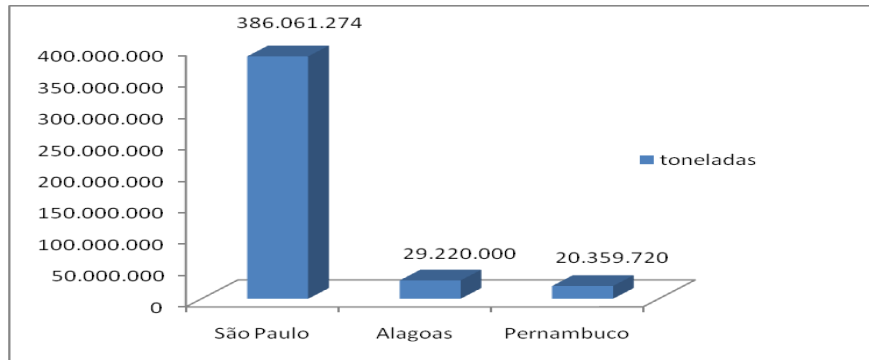


Figura 05: Crescimento da Agroindústria Açucareira por Cana Produzida, Fonte: MAPA, 2009

Atualmente no estado de Pernambuco, das 62 usinas produtoras de cana como visto na figura 03, existem na Zona da Mata Pernambucana apenas 15 unidades produtoras ainda em funcionamento (Figura 06). Esta decadência corresponde ao fato de que muitos industriais usineiros, ao perceberem a melhor produtividade de terras e a possibilidade de expansão de sua produção nas novas áreas produtoras de cana, efetuaram o chamado “sucateamento” da usina ou seja, retirou todo o seu maquinário para ser implantado em um novo espaço e deixou apenas o corpo físico da usina, fechando-a, como no caso da Usina Roçadinho, situada no município de Catende e que transferiu sua unidade produtora para a região dos Tabuleiros Alagoanos, no estado de Alagoas.

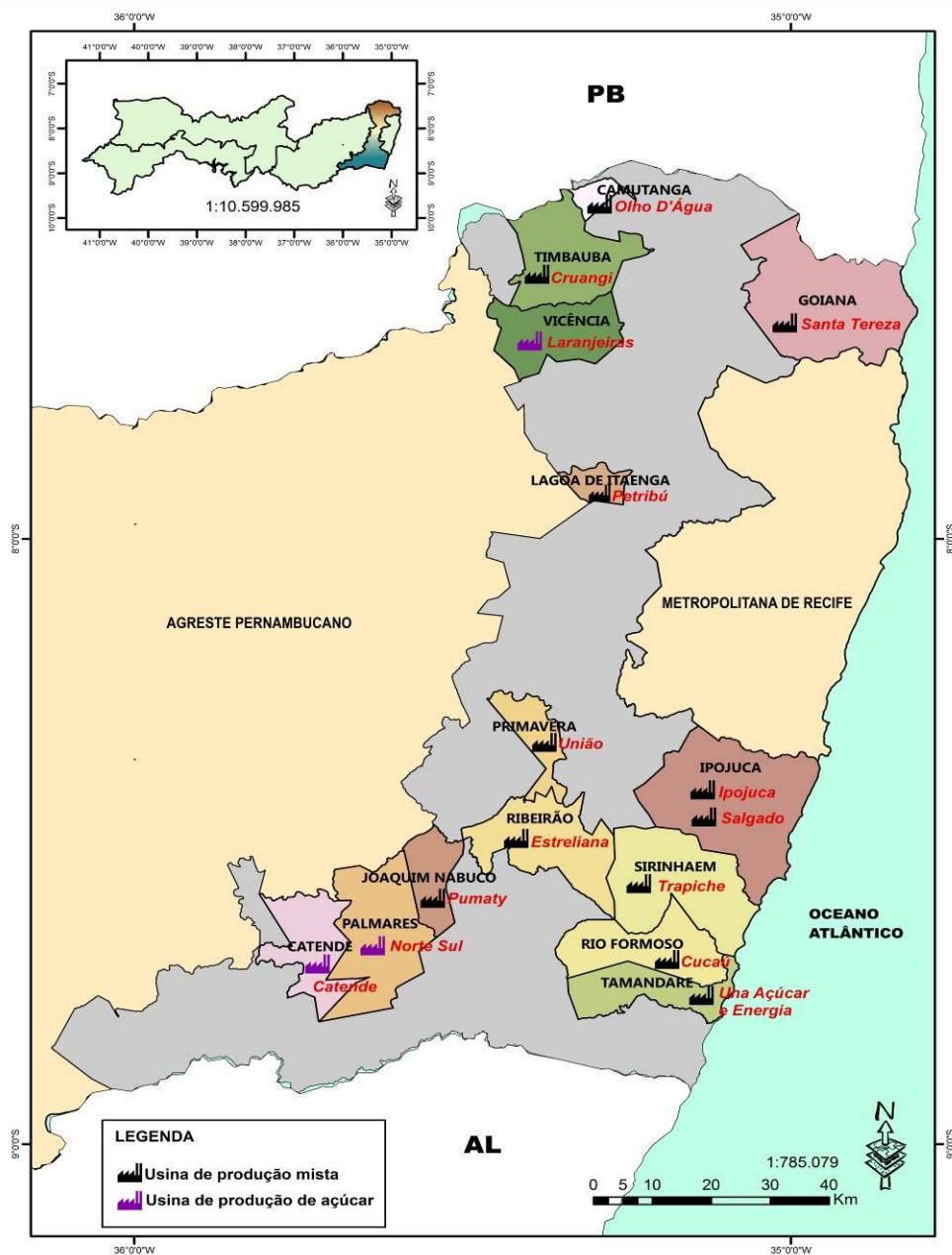


Figura 06: Espacialização das principais unidades produtoras de cana-de-açúcar na Mesorregião da Mata Pernambucana – 2009, Fonte: SINDAÇÚCAR, ZAPE- EMBRAPA com adaptações feitas por Gilran Cândido, 2010

Outras usinas tradicionais abriram falência como no caso da Usina Central Barreiros, situada no município de Barreiros, deixando milhares de trabalhadores desempregados e com isso ocasionando graves problemas sociais tais como o inchaço provocado nas grandes cidades que



não dispõem de infra-estrutura suficiente para abrigar esta mão-de-obra proporcionada pelo êxodo e assim, provocando o subemprego, o processo de favelização destes centros, a miséria, a violência, a fome, a prostituição tanto adulta quanto infantil, além problemas no âmbito da saúde e da educação e outros. Já outras usinas, como no caso da Usina Catende, situada no município de Catende, que já foi considerada a maior usina da América Latina e passou por um processo falimentar, tornou-se uma cooperativa agroindustrial e atualmente, além da cana-de-açúcar, já proporciona a diversificação da produção com o plantio de café, tanques para o cultivo de peixes e a produção de gêneros alimentícios para subsistência e venda de excedentes para os mercados locais, ou seja, dando uma nova dinâmica na região outrora dominada pela cultura voraz da cana.

3 – Considerações finais

A cana de açúcar sempre foi o principal carro chefe nas questões econômicas e sociais referentes a Zona da Mata do estado de Pernambuco. Da mesma forma que criou riquezas e divisas para o Estado e principalmente para uma pequena parcela correspondente aos antigos senhores de engenho e aos atuais industriais usineiros, também criou as mais perversas relações de pobreza, exploração de mão de obra escrava e assalariada (embora há quem diga que o trabalho escravo na zona correspondente a cana não tenha acabado e sim apenas facilitado os movimentos por apenas se ter tirado as correntes) além do trabalho infantil, devastação de florestas nativas tais como a mata atlântica onde atualmente corresponde a 2,7% deste bioma no estado (inclusive Pernambuco é o estado que mais contribui para a destruição do que resta da Mata Atlântica de acordo com o ministro Carlos Minc, segundo reportagem do jornal Correio Brasiliense em 02/07/2008), poluição de todos os tipos onde destacamos a poluição das águas e lençóis freáticos a partir do uso de agrotóxicos e de fertilizantes químicos para correção de solo, vinhoto, a lavagem da cana, poluição atmosférica a partir da fuligem provocada pela queima da cana dentre outros.

Atualmente a Zona da Mata de Pernambuco apresenta os piores indicadores sociais registrados no Brasil, com uma alta concentração de terras nas mãos dos grandes latifundiários. Isto sem falar no elevado grau de violência no tocante a assassinatos e conflitos pela terra entre estes mesmos latifundiários e movimentos sociais como o MST. Entretanto, da mesma forma que existe a questão dos conflitos de maneira acirrada na região, também é nela que se concentram os



assentamentos dentro do estado de Pernambuco graças a “degradação natural da base produtiva, associada à obsolescência dos sistemas de cultivo que tem conduzido à falência um número crescente de usinas de açúcar na região” (FUNDAJ, 2002) e que apresenta como resultado final a ampliação do número de famílias assentadas na região em áreas onde antigamente eram de plantio de cana como no caso da Usina Catende que hoje, devido ao seu processo falimentar e sua retomada como usina cooperativada, guiada pelos próprios funcionários, é considerada como um dos maiores assentamentos rurais na Zona da Mata de Pernambuco, com aproximadamente 26 mil hectares de terra.

Entretanto, a região apresenta um verdadeiro avanço no tocante a questão da diversidade de produção. Embora a cana-de-açúcar ainda seja predominante, podemos encontrar espaços onde esta diversidade já é uma realidade como no caso das áreas de cultura da banana em Vicência, Macaparana, Maraiial e Buenos Aires e mandioca nos municípios de Chã de Alegria, Feira Nova, Glória do Goitá, Paudalho, Pombos e Vitória de Santo Antão; pescado, café, banana, milho como em Catende, indústrias integradoras para o beneficiamento de produtos avícolas, curtumes, aguardente, processamento de pescado, bem como com a agricultura de subsistência em boa parte da região, o que está provocando certa dinâmica na mesma que até pouco tempo não permitia em hipótese nenhuma qualquer idéia de diversificação econômica que não fosse a da cana e suas variáveis e o que para muitos estudiosos seria a verdadeira solução para os problemas sócio-econômicos ainda encontrados na região.

4 – Referencias.

- ABIN. *Usinas De Pernambuco Multadas Em R\$ 120*. Disponível em <http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=2803>. Acesso em 08 de Maio de 2009
- AGENCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO – CONDEPE/FIDEM. *Estratégia de desenvolvimento local de Pernambuco: Governo nos Municípios*. Recife: CEPE, 2004.
- ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier de. *A Evolução da agroindústria açucareira de Alagoas a partir da década de 50 (Modernização e Proletarização do Trabalhador Rural)*. 1984. – f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE. Recife, 1984.



- ANDRADE, Bonifácio. Evolução da Agroindústria do Açúcar em Pernambuco. *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*. Recife, CONDEPE, 1974.
- ANDRADE, Manuel Correia de et al. *Atlas escolar de Pernambuco*. João Pessoa: Grafset, 1999.
- _____. *A cana-de-açúcar na Região da Mata Pernambucana: reestruturação produtiva na área canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90 – impacto ambiental, sócio-econômico e político*. Recife: Universitária, 2001.
- _____. *Área do sistema canavieiro*. Recife: SUDENE-PSUSRE, 1988.
- _____. *A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste* 6. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.
- _____. *Classes sociais e agricultura no Nordeste*. Recife: FUNDAJ: Massangana, 1985.
- _____. *Geografia econômica*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- _____. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1994.
- CARLI, Gileno de. O AÇÚCAR NA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL. Separata do Anuário Açucareiro. Rio de Janeiro, 1937. 68p.
- COSTA. A.Pereira da. *Arquivos da Prefeitura Municipal do Recife, 1945-1951*. Recife, 1970.
- DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife, ed. Universitária da UFPE., 2007. 800p
- DANTAS, Bento. *A agroindústria canavieira de Pernambuco: as raízes históricas dos seus problemas, sua situação atual e suas perspectivas*. Recife: Grupo Especial para Racionalização da Agroindústria Canavieira no Nordeste – GERAN, 1971.
- FUNDAJ. *Programa De Apoio Ao Desenvolvimento Sustentável Da Zona Da Mata De Pernambuco – PROMATA*. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/135.html>. Acesso em 07 de Maio de 2009
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas* Ed. Marco Zero, 1989, 225p.
- MELO, Mário Lacerda de. *O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975
- PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1945. 364p.



GEOAMBIENTE ON-LINE
Revista Eletrônica do Curso de Geografia - Campus Jataí- UFG
Graduação e Pós-Graduação em Geografia
www2.jatai.ufg.br/ojs/index.php/geoambiente
Apoio: PRPPG/PROAPUPEC
| Jataí-GO | n.14 | jan-jun/2010 |



SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE – SECTMA. *Atlas de Bacias Hidrográficas de Pernambuco*. Recife, 2006.

SILVA, Girlan Cândido da. *A Agroindústria Canavieira na Zona da Mata Sul de Pernambuco: o caso de Catende*. UFPE, 2008. Monografia (Graduação em Geografia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 111p.

TRINDADE, Etelvina M. de C. *O trabalho nos engenhos*. São Paulo: Atual, 1996